



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **19 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 2 de fevereiro de 2011

DIÁRIO DO AMAZONAS Detran-AM registrou recorde de emplacamentos em 2010	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Brasil promete reduzir saldo comercial com Argentina	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 424 MILHÕES EM JANEIRO	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO BRASIL PROMETE REDUZIR SALDO COMERCIAL COM ARGENTINA	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma emplaca aliados para dirigir o Congresso	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Salário igual e burocracia fazem cientistas desistir do Brasil	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Governo pode cortar 'sobra' de R\$ 5 bilhões para salários	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO DÉFICIT ACIMA DA CHINA, E ABAIXO DOS EUA	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Os dois focos do novo Banco Central	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO O novo Congresso	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO Exportação sobe 28% e janeiro tem superávit	16
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AGÊNCIA SENADO Raupp afirma que o PMDB vai ajudar Dilma a governar	17
VEICULAÇÃO NACIONAL	
Assessoria de Comunicação MDIC Exportações de US\$ 15,215 bilhões são recorde para o mês de janeiro	18
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTO GENTE Governo não abrirá mão de incentivos às importações	19
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BV NEWS Governador recebe na sexta-feira visita do embaixador da China no Brasil	20
VEICULAÇÃO NACIONAL	
EXPORT NEWS Secex divulga nota sobre funcionamento do Novoex	21
VEICULAÇÃO NACIONAL	
MANAUS ON LINE FIAM 2011 presente no Twitter	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
portugues.rfi.fr Imprensa argentina destaca promessa de negócios bilaterais feita por Dilma	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	
Portal do Profissional de Turismo Amazonastur discute hoje ações entre 2011-2014	24
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO DIÁRIO DO <u>AMAZONAS</u>	EDITORIA	
	TÍTULO Detran-AM registrou recorde de emplacamentos em 2010		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O número da frota de motocicletas do Estado também bateu recordes em 2010, tanto em **Manaus** como no interior. No ano passado, o número de motocicletas de **Manaus** cresceu 13,70%, atingindo 100.170 unidades.

Manaus - O Departamento Estadual de Trânsito do **Amazonas** (Detran-AM) emplacou, no ano passado, 64.113 novos veículos em todo o Estado, o maior número dos últimos quatro anos, o que representa um aumento de 21,17% em relação a 2009. Só em dezembro foram 7.227 novos registros, quantidade recorde na comparação com todos os meses dos últimos anos, desde 2006.

De acordo com a presidente do Detran, Mônica Melo, a venda de veículos é historicamente maior em dezembro, pois muitos clientes aproveitam as queimas de estoque promovidas por lojas especializadas, que se preparam para receber os novos modelos de carros, o que torna alguns modelos mais baratos.

“Além disso, tem ainda a questão do IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores). Comprando um carro em dezembro, o cliente só paga uma parcela (1/12) do imposto devido no ano”, observa.

Segundo o gerente de vendas de uma concessionária em **Manaus** Antônio Carlos Lima, as fabricantes de automóveis costumam oferecer bônus, que podem variar de R\$ 500 a R\$ 1.500, nestes períodos para a venda de carros do ano ou do modelo anterior. “Isso acontece duas vezes. Uma vez no final do ano, quando vendemos os modelos 2011, com fabricação em 2010, e no outro momento quando as montadoras trocam os modelos antigos pelos novos. Neste caso, depende de cada lançamento. Mas isso só acontece no Brasil, pois nos Estados Unidos, por exemplo, as fabricas só cedem o bônus quando trocam o modelo do carro”, esclarece.

O número de novos emplacamentos do ano passado foi 21,17% maior que o observado em 2009. Mas o maior crescimento da série história, que vai de 2006 a 2010, aconteceu entre 2007 e 2008, quando houve um aumento de 32,84%, quando o número de emplacamentos passou de 38.243, em 2007, para 50.803 no ano seguinte.


Para a presidente do Detran, as facilidades para o financiamento de veículos novos, aliadas ao bom momento econômico e ao péssimo serviço de transporte público, fizeram com que muitos consumidores optassem pela compra de veículos nos últimos anos. “Com um transporte ineficiente o cidadão prefere fazer um esforço, economizar e comprar um carro, mesmo que usado. Mas quando existe um transporte público de qualidade as pessoas não fazem esta opção e acontece o inverso”, opina. O Estado conta atualmente com uma frota de 577.759 veículos, número 11,08% maior que a frota de 2009, quando haviam 520.112 carros cadastrados.

Motocicletas

O número da frota de motocicletas do Estado também bateu recordes em 2010, tanto em **Manaus** como no interior. No ano passado, o número de motocicletas de **Manaus** cresceu 13,70%, atingindo 100.170 unidades. O crescimento foi maior que o verificado em 2009, quando o número de motos subiu de 78.844, em 2008, para 88.099.

Nos municípios do interior do Estado o aumento no número de motocicletas foi ainda maior, 18,85% no ano passado. De acordo com dados do Detran, a frota do interior conta atualmente com 61.150 motocicletas.

No ano passado o Polo de Duas Rodas, da **Zona Franca** de **Manaus**, faturou US\$ 6,5 bilhões, valor 23,49% maior que o faturado em 2009.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil promete reduzir saldo comercial com Argentina		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Superávit do governo brasileiro com o argentino foi de US\$ 4,09 bi em 2010; 172% maior do que no ano anterior

Ariel Palacios - O Estado de S.Paulo

As denominadas "assimetrias comerciais", um clássico nas reclamações do governo argentino com o brasileiro nos últimos anos, não fizeram parte das declarações oficiais das presidentes Cristina Kirchner e Dilma Rousseff durante a visita da presidente brasileira a Buenos Aires na segunda-feira. O problema - que tira o sono dos argentinos - mereceu somente uma frase nos documentos oficiais: "continuar trabalhando para gerar um maior equilíbrio na balança comercial". No entanto, o assunto foi tratado nas reuniões entre os ministros de ambos países no encontro na Casa Rosada. Segundo informações extraoficiais, a ministra da Indústria da Argentina, Debora Giorgi, disparou no encontro: "É preciso afinar as iniquidades da integração".

Debora Giorgi, conhecida pelo apelido de "Senhora Protecionismo", é famosa por suas posições "duras" com o **Brasil** desde 1999, quando se tornou secretária da Indústria do governo do presidente Fernando De la Rúa.

O ministro do **Desenvolvimento** do Brasil, Fernando **PIM**enteL, sustentou que - para reduzir o atual déficit comercial da Argentina com o **mercado** brasileiro - serão tomadas medidas como "aumentar a participação de produtos


argentinos" nas compras brasileiras, além de "abrir mais o **mercado** brasileiro de forma a equilibrar o **comércio** que hoje em dia favorece o Brasil".

Preocupação mútua. A preocupação em Buenos Aires com o "desequilíbrio" comercial é considerável, já que o superávit de US\$ 4,09 bilhões que o **Brasil** teve em 2010 com a Argentina (172% superior ao superávit brasileiro com o **mercado** argentino em 2009) poderá continuar crescendo ao longo deste ano. A consultoria Abeceb, especializada em **comércio** exterior, estima que o saldo comercial será favorável ao **Brasil** neste ano em US\$ 5,6 bilhões.


Na terça-feira, o chanceler argentino, Héctor Timerman, admitiu publicamente que a balança comercial com o **Brasil** "é um assunto que preocupa a Argentina. É preciso trabalhar para resolver isso". O chanceler argentino destacou que esse problema "também preocupa o Brasil".

Segundo Timerman, "não é simples ter uma aliança estratégica e, em um momento específico dessa aliança, ter um déficit desta natureza. É compreensível e entendo as razões pelas quais em uma integração econômica foi produzida esta brecha". Depois, ressaltou: "É preciso resolvê-lo de alguma forma".

Em 2010, o **comércio** bilateral Brasil-Argentina chegou ao recorde de US\$ 32,9 bilhões. Há uma década, no ano 2000, o **comércio** bilateral era de US\$ 13,2 bilhões.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BALANÇA COMERCIAL TEM SUPERÁVIT DE US\$ 424 MILHÕES EM JANEIRO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 424 milhões em janeiro, de acordo com dados divulgados pelo **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**. Desde 2008, o **comércio** brasileiro não registrava saldo positivo no primeiro mês do ano. Segundo o **Ministério**, as **exportações** somaram US\$ 15,215 bilhões, com média diária de US\$ 724,5 milhões, enquanto as **importações** chegaram a US\$ 14,791 bilhões, com média de US\$ 704,3 milhões. No primeiro mês de 2010, a balança havia registrado déficit de US\$ 179 milhões. O resultado mensal positivo ocorreu apesar dos saldos negativos registrados em três das cinco semanas do mês.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BRASIL PROMETE REDUZIR SALDO COMERCIAL COM ARGENTINA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Superávit do governo brasileiro com o argentino foi de US\$ 4,09 bi em 2010; 172% maior do que no ano Anterior

Ariel Palacios - O Estado de S.Paulo

As denominadas "assimetrias comerciais", um clássico nas reclamações do governo argentino com o brasileiro nos últimos anos, não fizeram parte das declarações oficiais das presidentes Cristina Kirchner e Dilma Rousseff durante a visita da presidente brasileira a Buenos Aires na segunda-feira. O problema - que tira o sono dos argentinos - mereceu somente uma frase nos documentos oficiais: "continuar trabalhando para gerar um maior equilíbrio na balança comercial". No entanto, o assunto foi tratado nas reuniões entre os ministros de ambos países no encontro na Casa Rosada. Segundo informações extraoficiais, a ministra da Indústria da Argentina, Debora Giorgi, disparou no encontro: "É preciso afinar as iniquidades da integração".

Debora Giorgi, conhecida pelo apelido de "Senhora Protecionismo", é famosa por suas posições "duras" com o **Brasil** desde 1999, quando se tornou secretária da Indústria do governo do presidente Fernando De la Rúa.


O ministro do **Desenvolvimento** do Brasil, Fernando **PIM**ental, sustentou que - para reduzir o atual déficit comercial da Argentina com o **mercado** brasileiro - serão tomadas medidas como "aumentar a participação de produtos argentinos" nas compras brasileiras, além de "abrir mais o **mercado** brasileiro de forma a equilibrar o **comércio** que hoje em dia favorece o Brasil".

Preocupação mútua. A preocupação em Buenos Aires com o "desequilíbrio" comercial é considerável, já que o superávit de US\$ 4,09 bilhões que o **Brasil** teve em 2010 com a Argentina (172% superior ao superávit brasileiro com o **mercado** argentino em 2009) poderá continuar crescendo ao longo deste ano. A consultoria Abeceb, especializada em **comércio** exterior, estima que o saldo comercial será favorável ao **Brasil** neste ano em US\$ 5,6 bilhões.

Na terça-feira, o chanceler argentino, Héctor Timerman, admitiu publicamente que a balança comercial com o **Brasil** "é um assunto que preocupa a Argentina. É preciso trabalhar para resolver isso". O chanceler argentino destacou que esse problema "também preocupa o Brasil".

Segundo Timerman, "não é simples ter uma aliança estratégica e, em um momento específico dessa aliança, ter um déficit desta natureza. É compreensível e entendo as razões pelas quais em uma integração econômica foi produzida esta brecha". Depois, ressaltou: "É preciso resolvê-lo de alguma forma".

Em 2010, o **comércio** bilateral Brasil-Argentina chegou ao recorde de US\$ 32,9 bilhões. Há uma década, no ano 2000, o **comércio** bilateral era de US\$ 13,2 bilhões.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma emplaca aliados para dirigir o Congresso		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O PT e o PMDB, base de sustentação do governo Dilma, fizeram os presidentes do Senado e da Câmara para os próximos dois anos.

José Sarney (PMDB-AP), 80, foi eleito para presidir o Senado pela quarta vez. Recebeu 70 votos. Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) teve 8.

Com 375 votos, Marco Maia (PT-RS), 45, venceu na Câmara. Sandro Mabel (PRGO), Chico Alencar (PSOLRJ) e Jair Bolsonaro (PP- RJ) tiveram 106, 16 e 9 votos.

Acordo prevê que Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) comande a Câmara daqui a dois anos.

Governo Dilma emplaca comando do Congresso

Com folga, Marco Maia (PT) é eleito na Câmara, e Sarney (PMDB), no Senado

DE BRASÍLIA

Em um Congresso caracterizado pela ampla maioria governista, Senado e Câmara elegeram ontem, respectivamente, José Sarney (PMDB-AP) e Marco Maia (PT-

RS) com vitórias folgadas e apoio de uma oposição desorganizada.


Escolhido pela quarta vez, Sarney, 80, disse que a ética tem sido seu "exemplo de vida", mas não fez menção à crise que do Senado em 2009, sob seu comando. Elegeu-se com 70 dos 81 votos.

Maia, 45, saiu da condição de azarão dentro de seu próprio partido, e recebeu 375 dos 509 votos.

A ampla base de apoio a Dilma, porém, não é certeza de facilidade legislativa. Hoje, Dilma levará sua mensagem ao Congresso e sentirá de perto a resistência de aliados ao projeto de salário mínimo de R\$ 545.

A posse do novo Congresso foi marcada pela tietagem aos "parlamentares-celebridades" como Romário e Tiririca, cercado por colegas e curiosos.

No Senado, Aécio Neves (PSDB-MG) foi recebido como líder da oposição e Lindberg Farias (PT-RJ) e Fernando Collor (PTB-AL) se reencontraram, 18 anos depois do impeachment do ex- presidente.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA
	TÍTULO Salário igual e burocracia fazem cientistas desistir do Brasil	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Salário igual "expulsa" cientistas brasileiros

Falta de competitividade faz com que pesquisadores não voltem ao país

Bolsas temporárias para brasileiros passarem uns meses no Brasil é aposta de governo para atrair cérebros de volta

SABINE RIGHETTI

DE SÃO PAULO

A repatriação de cientistas brasileiros que atuam no exterior, proposta pelo ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, no início da sua gestão, pode não ser uma matemática simples.

De acordo com quem está fazendo ciência fora do Brasil, mesmo que exista vontade de voltar, a burocracia para se fazer pesquisa e a falta de competitividade nas universidades nacionais, diferentemente do que acontece nos EUA e na Europa, ainda são fatores de repulsa.

"No Brasil, os salários acadêmicos são iguais. Nos EUA, eu não ganho o mesmo salário que meus colegas. Há competitividade", diz o físico José Nelson Onuchic, professor da UCSD (Universidade de San Diego).

Ele está há 21 anos nos EUA, país que, estima-se, tenha 3.000 professores brasileiros (leia o depoimento).

A opinião de Onuchic é compartilhada por outros pesquisadores, como Alysson Muotri, que também é UCSD, mas é biólogo.

Em entrevista à Folha, disse que "para algumas pessoas, o real patriotismo é abandonar as melhores condições de trabalho no exterior e voltar ao Brasil. Alguns dizem "vem aqui sofrer com a gente, vamos juntos tentar melhorar este país"".

Quem faz pesquisa por aqui concorda com as dificuldades. "A gente perde muito tempo por lidar com

tanta atividade burocrática", diz o biólogo Stevens Rehen, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

"Mas quem sai tem que saber que existem oportunidades para se fazer pesquisa aqui. Estou no Brasil não só porque estudei em universidade pública, mas por valores", completa o biólogo.

Onuchic não pensa em voltar de vez ao Brasil, mas, para ele, uma alternativa possível seria passar alguns meses por aqui.

Essa solução é uma das ideias de Mercadante para a repatriação. Em entrevista exclusiva à Folha, ele disse que pretende criar, via agências de fomento, um formato de "bolsas-sanduíche" (bolsa de pesquisa de curto período no exterior) ao contrário.

Seriam bolsas de pesquisa oferecidas aos brasileiros no exterior para que eles passem um tempo fazendo pesquisa por aqui.

"O Brasil é um país agradável, provavelmente os cientistas acabariam retornando", acredita o ministro.

A ideia é criar, com as bolsas de curta duração, uma espécie de rede da "inteligência brasileira" no exterior.

Essa política está sendo tocada na Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). "As redes ajudam. Mas temos trazido também cientistas com o Programa Jovem Pesquisador. Há repatriados e também estrangeiros", diz Carlos Henrique de Brito Cruz, diretor científico da fundação.

De acordo com ele, a Fapesp já apoiou mil pesquisadores com esse perfil nos últimos dez anos. "A maior parte deles ficou aqui", afirma Cruz. A Fapesp, no entanto, não tem os números exatos.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo pode cortar 'sobra' de R\$ 5 bilhões para salários		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Orçamento da União deste ano prevê R\$ 5 bilhões para promoções, reajustes salariais e contratação de quase 35 mil funcionários públicos. De forma mais ampla, os gastos previstos com o funcionalismo federal no Orçamento deste ano somam R\$ 199,5 bilhões, quase 9% mais que o gasta efetivo em 2010 - considerando o pagamento da contribuição patronal, dado não contabilizada pela Tesouro Nacional na divulgação das despesas consolidadas do governo central na última sexta-feira.

A maior parte dos quase R\$ 200 bilhões já está contratada para compromissos com salários e encargos sociais dos mais de 2 milhões de servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário. Mas o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual informa que o governo separou R\$ 5,062 bilhões dos gastos com pessoal para promoções, reajustes salariais e quase 35 mil contratações.

União pode cortar R\$ 5 bilhões em salários

Ajuste fiscal: Orçamento de 2011 traz aumento de 8,8% para servidores, mas parte das despesas pode ser adiada

Luciano Máximo | De São Paulo

Os gastos previstos com o funcionalismo federal no Orçamento deste ano somam R\$ 199,5 bilhões, valor que representa um crescimento de quase 9% sobre o gasto efetivo da União com essa rubrica em 2010, considerando o pagamento da contribuição patronal, dado não contabilizado pelo Tesouro Nacional na divulgação das despesas consolidadas do Governo Central na última sexta-feira. A maior parte dos quase R\$ 200 bilhões já está contratada para compromissos com salários e encargos sociais dos mais de 2 milhões de servidores do Executivo, Legislativo e Judiciário - 1,114 milhão da ativa e 946,5 mil aposentados e pensionistas. Mas, de acordo com o Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), o governo separou R\$ 5,062 bilhões dos gastos com pessoal para promoções e reajustes salariais e quase 35 mil novas contratações.

Para especialistas em contas públicas e sindicalistas, esses R\$ 5 bilhões têm grandes chances de entrar nos cortes planejados pela equipe econômica no Orçamento 2011. Se a

estimativa do abatimento dos gastos federais for confirmada na casa dos R\$ 50 bilhões, somente a rubrica salário terá peso de 10% na tesoura do governo. Isso representaria a interrupção do ciclo de estímulo ao ingresso no serviço público federal e de reajustes salariais verificado ao longo do governo Luiz Inácio **Lula** da Silva. Entre 2003 e 2010, foram 154 mil contratações, e a despesa média por servidor do Poder Executivo passou de R\$ 3.439 para R\$ 6.914.

"O Anexo V traz novas despesas de pessoal ao Orçamento, seja por preenchimento de cargos vagos ou possível aprovação de projetos de lei no Congresso, criando novos cargos e alterando planos de cargos e salários", explica o economista Marcos José Mendes, consultor do Senado Federal, para quem o governo deverá "segurar" as maiores propostas listadas no documento. "O governo deverá congelar principalmente as coisas com grande impacto, e espera-se que ele seja mais criterioso na concessão de reajustes na negociação com servidores."

Uma medida que pode ser considerada de "grande impacto" no Anexo V é a previsão de preenchimento de 13.401 postos considerados vagos no Executivo a um custo anualizado de cerca de R\$ 1,3 bilhão. O documento prevê ainda 8,2 mil novas contratações para o Judiciário, o que demandaria R\$ 606,7 milhões dos cofres federais.

Nelson Marconi, professor de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), explica, porém, que o maior gasto previsto no Anexo V, de R\$ 1,677 bilhão, dificilmente será passível de corte. "É o aumento escalonado para o Executivo concedido em parcelas anuais desde 2008. Já é lei, agora é segurar reajustes daqui para a frente."


Segundo Marconi, que foi diretor de Carreiras do **Ministério** do Planejamento no governo Fernando Henrique Cardoso, barrar novas vagas e novos reajustes salariais dará maior flexibilidade para o governo efetuar os cortes orçamentários pretendidos. "Depois de efetuada, uma contratação se torna um gasto rígido, não tem como diminuir. O discurso do governo vai nessa linha, é por aí que é possível fazer mais com menos, como vem dizendo a ministra do Planejamento, Miriam Belchior."

Na opinião do economista, eventuais cortes de despesa de pessoal do Orçamento deste ano representam mudança de orientação do governo Dilma Rousseff. "Isso pode gerar mudança de posição dos sindicatos, a não ser que eles já estejam satisfeitos com os aumentos do passado ou que algo [uma eventual interrupção de reajustes] já estivesse acertado. Na verdade, acho que o governo não deve ter muita pressão por causa de reajustes agora, mas sim a partir do segundo ano", avalia Marconi.

Josemilton Costa, secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), disse que está ciente das pretensões do **Governo Federal** de "cortar gastos com o funcionalismo e reduzir o ritmo de concessão de reajustes".

Segundo Costa, o foco da ação sindical no primeiro ano de governo não será por reajustes pontuais, mas por correção de antigas distorções salariais na carreira do funcionalismo. "Sabemos que o governo quer cortar os investimentos, inclusive as despesas de pessoal. O que queremos é dizer para a presidente e para a ministra que elas têm quatro anos para definir uma política pública salarial e de recursos humanos para corrigir a bagunça que foi criada no governo FHC, e que, infelizmente, o governo do presidente Lula manteve", reclama o sindicalista.

Procurado pela reportagem, o **Ministério** do Planejamento não se pronunciou. A assessoria de imprensa apenas informou que os cortes ainda não foram definidos.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO DÉFICIT ACIMA DA CHINA, E ABAIXO DOS EUA		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O déficit nominal ficou em 2,56% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2010, um número confortável para o resultado das contas públicas que inclui os gastos com juros, especialmente na comparação internacional. O rombo é bem mais baixo que os cerca de 10% do **PIB** registrados nos EUA e em vários países da Europa, embora o desempenho fiscal do país tenha sido pior do que o de emergentes como China e Chile. O resultado de 2010 indica que não há risco de insolvência no setor público, mas os analistas atacam a qualidade da política fiscal, marcada por forte aumento de gastos.

Mesmo quando se exclui o impacto da operação de capitalização da Petrobras sobre as receitas do governo, equivalente a 0,87% do **PIB**, a magnitude do déficit nominal segue num nível que não assusta, em 3,43% do **PIB**. Por esse critério, contudo, há uma piora em relação aos 3,34% do **PIB** de 2009.

"O número em si é razoável, num contexto internacional de déficits elevados, como o dos países da Europa", diz a professora Margarida Gutierrez, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O problema, segundo ela, é que o déficit nominal não traduz a recente deterioração fiscal, caracterizada por "expansão desenfreada de despesas". Margarida diz que a situação fiscal só se mantém relativamente boa porque a arrecadação tem crescido a um ritmo bem superior ao do **PIB**. Com a economia em forte crescimento e os efeitos da crise já no retrovisor, 2010 era o momento de moderação dos gastos, e não de aceleração.

É uma situação bem diferente da dos países europeus, diz Margarida. Para combater a recessão, eles aumentaram fortemente as despesas públicas, também afetadas pelas operações de salvamento do

sistema financeiro. Isso fez os déficits nominais explodirem na Europa. No Reino Unido, o rombo nas contas públicas ficou em 10,1% do **PIB** e na Grécia, em 9,7% do **PIB**, um pouco acima dos 8,9% do **PIB** dos EUA, segundo números da revista The Economist .

Em alguns países emergentes, porém, o déficit nominal ficou abaixo do brasileiro. Na China, o rombo ficou em 2,2% do **PIB**, enquanto no Chile houve um pequeno superávit, de 0,2% do **PIB**, de acordo com estimativas da The Economist. Um ponto **importante**, como lembra o economista Felipe Salto, da Tendências Consultoria Integrada, é que os juros no **Brasil** ainda são muito elevados - a Selic está em 11,25% ao ano e deve subir mais. Além disso, a dívida pública continua mais alta no **Brasil** do que em vários países emergentes.

Em 2010, a dívida líquida - que desconta ativos como as reservas internacionais - ficou em 40,4% do **PIB** e a bruta, em 55% do **PIB**. Na China, os juros das operações de três meses são de 5,44% ao ano, segundo a

The Economist, enquanto a dívida bruta está na casa de 20% do **PIB**. No Chile, as taxas de curto prazo são de 3,72% e o endividamento bruto, inferior a 8% do **PIB**.

Em 2008, o déficit nominal brasileiro ficou em 2% do **PIB**, aumentando no ano seguinte para 3,34% do **PIB**.

O analista sênior para a América Latina da Economist Intelligence Unit (EIU), Robert Wood, lembra que a piora resultou da desaceleração do crescimento e das políticas anticíclicas, marcadas pela redução de impostos e aumento de gastos. Isso levou à redução do esforço fiscal para os juros da dívida (o superávit

primário), de 3,42% do **PIB** em 2008 para 2% do **PIB** em 2009.

Para Wood, a "impressionante recuperação" da economia brasileira em 2010 permitiria uma elevação mais expressiva do superávit primário, mas não foi essa a opção do governo, que manteve gastos elevados. O superávit ficou em 2,78% do **PIB**, caindo para menos de 2% com a exclusão da operação da Petrobras.

Wood estima para 2011 um déficit nominal de 2,6% do **PIB**, trabalhando com superávit primário de 2,8% do **PIB** e gastos com juros próximos aos 5,34% do **PIB** de 2010. Salto projeta um déficit de 2,8% do **PIB** neste ano, destacando que o mais **importante** é definir um programa fiscal crível, que não se limite a 2011.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Os dois focos do novo Banco Central		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Banco Central aumentou sua caixa de ferramentas para lidar com um mundo que escapou da normalidade. No cenário internacional, à excessiva liquidez associa-se a risco real de estagnação em algumas economias européias. E há países com regime de câmbio inflexível, como a China. Internamente, a taxa de câmbio descolou dos fundamentos e são fortes as pressões inflacionárias. A variação do IPCA em 12 meses será elevada durante todo o primeiro semestre, ajudando a piorar as expectativas. Só a partir daí é que a inflação deve começar a ceder.

BC amplia foco para além da inflação

Claudia Safatle, Cristiano Romero e Fernando Travaglini | De Brasília

Diante da nova realidade, onde há um extraordinário nível de liquidez no mundo e fortes pressões inflacionárias no Brasil, o Banco Central ampliou o leque de atuação para cumprir dois objetivos: a estabilidade monetária, e a estabilidade financeira. Para manter a inflação sob controle, continuará usando a taxa básica de juros (Selic). Em sua última reunião, a primeira do ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou o ciclo de alta dos juros, ao puxar a taxa para 11,25% ao ano. Para assegurar a estabilidade financeira, prosseguirá adotando medidas macroprudenciais.

O BC está atento ao fato de que o cenário internacional, hoje, demanda uma atuação firme para evitar que o fluxo excessivo de moedas que ingressam no país traga consequências perversas, no futuro, tanto para o setor produtivo quanto para o **mercado** de crédito.

Apesar de terem destinações distintas, juros e ações prudenciais têm vasos comunicantes que produzem freios sobre o crescimento da demanda agregada da economia. É o crescimento espetacular da demanda um dos motores da inflação, ao lado do não menos **importante** choque de preços das commodities que já espalha os efeitos de segunda ordem sobre os demais preços.

A atuação do BC brasileiro, dessa forma, se distingue de outros bancos centrais de países emergentes, como o chileno, o turco e o colombiano, que para evitar novas

apreciações de suas moedas, decorrentes do intenso fluxo de capitais, estão optando por uma maior tolerância inflacionária, mantendo e até mesmo reduzindo os juros.

Conduzido por Alexandre Tombini, o BC vai se diferenciando também das instituições das economias desenvolvidas, como a Inglaterra, por exemplo, que já trabalha com uma inflação anualizada de 5%. Embora seja uma variação bem acima da sua meta, o banco central inglês não dá sinais de que pretenda, pelo menos no curto prazo, elevar os juros.

Países da União Europeia enfrentam o espectro da estagflação - alta inflação com estagnação econômica. Essa é uma situação temida pelos bancos centrais, que se veem sem instrumentos para frear os preços, pois não há como desacelerar economias já frágeis.

No caso brasileiro, as medidas prudenciais jogam um papel **importante** no combate aos novos desequilíbrios. Para os bancos, elas seguirão as diretrizes básicas do Comitê de Basileia, de combate à insuficiência de capital e à baixa qualidade dos ativos. Por elas controla-se o segmento do crédito, hoje um canal potente de expansão do consumo e do nível de atividade no país.

Há um outro grande desafio, no entanto: a questão cambial que também requer ações de cunho prudencial. O câmbio é e continuará sendo flutuante, enfatizam as autoridades governamentais. Mas há ciência de que é preciso tratar dos efeitos indiretos do fluxo de capitais e que não cabe, nesse tema, uma visão ingênua. O fluxo de recursos externos para o **Brasil** produz aumento da liquidez interna, expande o **mercado** de crédito e se traduz em impacto direto sobre os preços dos ativos, sejam eles imóveis ou a própria taxa de câmbio, que também é um ativo. Uma reversão na cotação da moeda, no futuro, causaria imensos estragos no setor produtivo.

O câmbio está fora do lugar, deslocado dos fundamentos, no entendimento dos principais economistas do governo. O país carrega um déficit em transações correntes de 2,3% do Produto Interno Bruto (**PIB**), que caminha para a casa dos 3% do **PIB**. Segundo projeções do Banco Central, divulgadas na última segunda-feira, o déficit em conta

corrente este ano deve chegar a 2,84% do **PIB**, o que significa que o país terá que captar US\$ 64 bilhões no **mercado** internacional para fechar as contas do balanço de pagamentos. Ainda assim, o real se valoriza frente ao **dólar**.

O BC teve condições de fazer uma política monetária independente das condições mundiais nos últimos anos, com absorção de capitais, acumulação de reservas cambiais e taxa de juros no patamar necessário para conduzir a inflação para a meta. Hoje as condições são diferentes, sobretudo em relação à enorme liquidez decorrente das políticas de juro zero e da oferta de recursos pelos bancos centrais dos países desenvolvidos.

Para fazer mais do mesmo, portanto, entende-se no governo que a autoridade monetária precisa reforçar a sua caixa de ferramentas. Ou seja, o BC vai continuar com a política do regime de metas, mas ampliará seu raio de ação para lidar com as questões que, a rigor, são da sua alçada, decorrentes direta e indiretamente do farto fluxo de capitais. Até porque não está no horizonte visível uma reversão **importante** dos estímulos dados pelos países desenvolvidos, como a política americana do "quantitative easing".

O uso de ferramentas macroprudenciais é uma novidade para o **mercado**, até então acostumado à previsibilidade que o instrumento tradicional, o juros, oferecia. Aos operadores do **mercado** é confortável saber o tamanho

do impacto das ações de política monetária para fazer suas contas e suas apostas. O governo reconhece que as medidas prudenciais têm impacto na macroeconomia, mas não dimensiona esse efeito e entende que não cabe ajudar o **mercado** a fazer suas contas.

Isso, de fato, torna mais difícil e complexa a leitura sobre os passos da autoridade monetária por parte do **mercado** daqui para frente. Mesmo considerando que a transparência é parte relevante da coordenação das expectativas inflacionárias, e que a previsibilidade de sua atuação seja um elemento interessante desse processo, o governo não a vê como necessária agora, devido às peculiaridades do cenário internacional.

O quadro inflacionário no **Brasil** ainda é incerto. A inflação corrente, no momento, é um dos fatores que mais influenciam as expectativas inflacionárias. Além dos elevados índices, sob impacto dos reajustes de início de ano nas tarifas de transporte e nos preços dos serviços de educação, há os fatores climáticos e os aumentos de preços das commodities. Sobre tudo isso pesará, ainda, uma componente estatística. Como a inflação ficou próxima de zero entre os meses de abril e julho do ano passado, a comparação este ano será feita sobre uma base pequena. O resultado será um indicador mais pronunciado até que os dados do ano passado saiam do radar.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO O novo Congresso		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O novo Congresso

Conduzido pela quarta vez pelo senador Jose Sarney, o novo Congresso tomou posse ontem elegendo o petista Marco Maia para presidir a Câmara. Entre estreates e veteranos, assumiram Tiririca, Maluf, Romário, Jean (ex-BBB) e Garotinho. No Senado, o ex-cara-pintada Lindberg Farias, o presidente cassado Fernando Collor e o sucessor Itamar Franco se reencontraram 19 anos após o impeachment.

Sarney volta, "com sacrifício", a presidir Senado

NOVA LEGISLATURA

Peemedebista vai comandar a Casa pela quarta vez e promete o que não fez nos últimos dois anos: a reforma administrativa

Adriana Vasconcelos

BRASÍLIA. Sentindo-se superior a Rui Barbosa e prometendo ser seu último cargo público, o senador José Sarney (PMDB-AP) não teve dificuldades ontem para se reeleger, pela quarta vez, para a presidência do Senado. Num jogo pré-definido, com 70 votos ele atropelou seu adversário, o novato senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que recebeu oito votos. No pronunciamento, Sarney prometeu que fará a reforma administrativa que não fez nos últimos dois anos e uma gestão independente e transparente. Foram registrados dois votos nulos e um em branco.

Embora tenha reiterado em seu primeiro pronunciamento após a vitória que não desejava a presidência e falando em sacrifício, Sarney quase chegou às lágrimas ao agradecer o apoio e lembrar a trajetória que lhe garante hoje o posto de mais antigo parlamentar da Casa.

- Não desejava o encargo, dele não pude fugir, tendo na carne o alto preço do exercício destas funções... Acredito que tenha predominado no exame

que levou à escolha do meu nome a graça da vida que me fez o mais antigo parlamentar na História da República, com 56 anos de mandatos, dos quais cinco no Senado, onde passei 35 anos, o que mais tempo passou aqui, ultrapassando mesmo o nosso patrono, Rui Barbosa.

Mesmo identificado como um dos principais aliados da presidente Dilma Rousseff, Sarney defendeu a independência do Legislativo e cobrou a participação da Casa na formulação das políticas públicas.

- Tenho deveres de amizade, partidários e políticos, mas não será com o Senado que resgatarei qualquer dever de amizade, política ou partidário. Acima de tudo isso estão a independência, a autonomia, a dignidade e os grandes interesses da nossa Casa - disse, ao anunciar a intenção de não mais disputar novas eleições, como já fizera antes.

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) acabou levando a melhor numa queda de braço dentro da bancada petista com o ex-ministro José **PIM**entel (CE). Foi eleita vice-presidente do Senado, mas com o compromisso de renunciar à função no fim deste ano para ceder a vaga para **PIM**entel. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) chegou a questionar em plenário o acordo informal acertado entre os dois parlamentares do PT.

Já o PSDB, como terceira maior bancada, garantiu o direito de indicar um representante para ocupar a 1ª. Secretaria. O escolhido para a vaga foi Cícero Lucena (PB). O PTB e o PT chegaram a se estranhar em plenário, quando o líder petebista, senador Gim Argello (DF), questionou o acordo pelo qual a bancada petista cedeu para ao PR a 2ª. Secretaria. Após apelo do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), Gim recuou e aceitou a indicação de João Ribeiro (PR-TO) para a vaga.

O PTB indicou João Vicente Claudino (PTB-PI) para a 3ª Secretaria da Mesa. O PMDB cedeu a sua segunda

escolha para o PP, que indicou Ciro Nogueira (PI) para a 4ª Secretaria.

Petista comandará a Câmara

NOVA LEGISLATURA

Com apoio do governo, Marco Maia é eleito presidente da Casa com 375 votos

Isabel Braga e Cristiane Jungblut

Em meio a brigas internas por cargos e espaços no novo governo, a eleição do petista Marco Maia (RS) foi o resultado do poder de um presidente em início de mandato e um voto de confiança da base de que eventuais problemas poderão ser superados. O sentimento predominante foi o de que ainda é cedo para transformar insatisfações em derrotas. Maia recebeu 375 votos dos 509 deputados que votaram. O principal adversário, Sandro Mabel (PR-GO), recebeu 106 votos, e outros 25 foram dados aos outros dois adversários, Chico Alencar (PSOL-RJ) e Jair Bolsonaro (PP-RJ). Três deputados votaram em branco. A real unidade da base será testada em votações **importantes**, como a do salário mínimo.

- Vamos produzir uma boa pauta para que os que votaram nos deputados brasileiros possam se orgulhar - disse Maia, fazendo questão de agradecer aos 21 dos 22 partidos da Casa que apoiaram sua candidatura e elogiar a participação dos três adversários na disputa.

Mais cedo, Maia defendera, no discurso de sua candidatura, o pagamento efetivo das emendas parlamentares. Com a boca sangrando de tanto falar, Marco Maia fez, na tribuna, um discurso para agradecer aos companheiros, numa reação ao adversário mais forte, Sandro Mabel (PR-GO), que apresentou uma plataforma corporativista.

Ministros voltam e votam em Maia

A votação para o comando da Casa começou depois das 19h e se estendeu pela noite.

- Todos sabemos da importância das emendas, fundamentais para o exercício do mandato. Não são **importantes** para garantir a reeleição (do parlamentar), mas porque representam um instrumento de

democratização do uso de recursos públicos. É por isso que vamos lutar e nos comprometer, fazer com que nossas emendas tenham efetividade - disse Maia, que tem o apoio da presidente Dilma Rousseff.

Aliados e o governo confiavam que a base, mesmo com insatisfações, daria um voto de confiança à nova presidente, Dilma Rousseff. Entre os apoiadores de Maia, o sentimento predominante era o de que ainda é cedo para transformar insatisfações em derrotas.

Ministros do PT tomaram posse ontem na Câmara - para então se licenciarem e voltarem ao governo, deixando as vagas para seus suplentes - e aproveitaram para reforçar a eleição de Maia. O governo se mobilizou, até a tarde de ontem, para que Mabel desistisse da candidatura, sem sucesso.

Antes da votação, o líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves (RN), conversou com o deputado e fez um último apelo. Mabel, no entanto, deixou claro que a atitude do PR de expô-lo e de concretizar a ameaça de expulsão em entrevista coletiva inviabilizou qualquer saída honrosa. Hoje, o PR ameaça abrir processo de expulsão do deputado por desobediência à questão partidária. Mabel avisou que só pensará nisso depois.

Mabel sob ameaça

de expulsão do PR

Além de Mabel, também se candidataram à Presidência os deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Chico Alencar (PSOL-RJ). Cada um dos quatro candidatos teve quinze minutos para defender suas ideias na tribuna. Bolsonaro foi o primeiro a falar, criticando a briga por indicações para cargos no governo Dilma Rousseff.

Ele defendeu a independência da Câmara e disse que não teria cargos a oferecer aos colegas. Mabel apelou ao tom emocional e disse que não recuaria, apesar da ameaça de seu partido de expulsá-lo por ter insistido na candidatura.

Mabel reforçou promessas corporativas aos colegas, como a construção do anexo de gabinetes. Ele chegou a chamar de Carandiru o Anexo III da Casa, que abriga alguns gabinetes de deputados que são menores e não têm banheiros privativos. Também afirmou que


votaria, se eleito, projeto que tornaria impositiva as emendas parlamentares. Ao terminar sua fala, Mabel foi bastante aplaudido pelos colegas.

Marco Maia falou em seguida e adotou um discurso institucional. Empolgado ao falar, chegou a machucar a boca. Ao perceber o sangramento, os amigos aconselharam-no a beber água. O último a falar, Chico Alencar fez a defesa do resgate ético do Poder Legislativo, criticando os antecessores que focaram suas promessas na construção de prédios de gabinete:

- Não estarei aqui falando de proposta corporativista. Mais do que prédio, o que a gente

precisa construir é a ponte entre a sociedade e o Parlamento - disse Chico Alencar.

Além de eleger o próximo presidente, os 513 deputados também votaram para outros dez cargos da Mesa Diretora: seis titulares e quatro suplentes de secretário. Sem adversários, nove candidatos tiveram apenas seus nomes referendados. Houve disputa apenas para a vaga da 2ª vice-presidência, entre Eduardo da Fonte (PP-PE) e Rebecca Garcia (PP-AM). O PP tentou até o último momento evitar a candidatura de Rebecca, mas não conseguiu impedir que ela disputasse.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Exportação sobe 28% e janeiro tem superávit		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

"Commodities" fazem país obter saldo de US\$424 milhões

Eliane Oliveira

BRASÍLIA. Após registrar déficits nos últimos três anos, a balança comercial brasileira voltou a apresentar superávit em janeiro. No mês passado, as **exportações** superaram as **importações** em US\$424 milhões. **Exportações** e **importações** bateram recordes históricos para janeiro. Os embarques ao exterior totalizaram US\$15,215 bilhões, enquanto os gastos no **mercado** internacional atingiram US\$14,791 bilhões.


O secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento**, Alessandro Teixeira citou três fatores que ajudaram no desempenho das **exportações**, que subiram 28,2% em relação a janeiro de 2010, mas apresentaram queda de 20,3% ante dezembro: os elevados preços das commodities, o aumento da quantidade embarcada e a

diversificação de **mercados**, com a recuperação das vendas para União Europeia e Estados Unidos.

A China liderou a lista de países compradores de bens brasileiros, **importando** US\$1,773 bilhão, seguida por Estados Unidos (US\$1,659 bilhão) e Argentina (US\$1,391 bilhão). Na mesma ordem de comparação, os chineses também foram os principais fornecedores, vendendo para o **Brasil** US\$2,345 bilhões. As **importações** de produtos americanos ficaram em US\$2,305 bilhões e as de argentinos, em US\$1,182 bilhão.

Sobre o setor calçadista, Teixeira lembrou que as indústrias locais estão passando maus momentos, por causa dos produtos **importados** da China:

- A indústria calçadista tem enfrentado forte concorrência dos chineses, mas pode ganhar **mercado** por meio da agregação de valor, de design.

	VEÍCULO AGÊNCIA SENADO	EDITORIA	
	TÍTULO Raupp afirma que o PMDB vai ajudar Dilma a governar		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o PMDB vai continuar contribuindo com a governabilidade do país. Ele disse que o partido é um dos que possuem maior representatividade no Congresso Nacional e, portanto, tem a responsabilidade de ajudar a governar o Brasil, especialmente com a eleição do vice presidente da República, Michel Temer.

- O PMDB está mais inserido nesse processo de bem governar o Brasil. A contribuição do partido é dar sustentação política à presidenta Dilma e a Michel Temer aqui no Congresso Nacional - disse Valdir Raupp.


Ele destacou que a bancada do PMDB, também significativa na Câmara dos Deputados, foi ampliada no Senado na legislatura que se iniciará nesta quarta-feira (2). Na legislatura passada, contou ele, o partido enfrentou dificuldades para realizar as reformas que considera

necessárias - como a tributária e a política - em razão de a bancada não estar tão fortalecida como na atual. Em sua avaliação, a reforma tributária, por exemplo, está sendo feita "aos pedaços" e é preciso haver avanço.

O senador disse que o Brasil tem uma democracia jovem e a posse de Dilma Rousseff como presidente do país, assim como a dos novos senadores e deputados, contribui para a consolidação desse modelo. Em sua opinião, a democracia é o que possibilita o desenvolvimento do país.

Da Redação / Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

	VEÍCULO Assessoria de Comunicação MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO Exportações de US\$ 15,215 bilhões são recorde para o mês de janeiro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Corrente de comércio e importações também foram as maiores para o período

As **exportações** em janeiro de 2011 (US\$ 15,215 bilhões) foram recorde histórico para o mês e o mesmo aconteceu para os valores das **importações** (US\$ 14,791 bilhões) e da corrente de **comércio** (US\$ 30,006 bilhões). Além disto, houve superávit na balança comercial em janeiro (US\$ 424 milhões), com reversão dos resultados negativos dos dois últimos anos (déficit de US\$ 179 milhões em janeiro de 2010 e déficit de US\$ 530 milhões em janeiro de 2009).

Em entrevista coletiva para comentar o resultado mensal, na tarde desta terça-feira (1º/2), o secretário-executivo do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)**, Alessandro Teixeira, explicou que os números se devem a três fatores. “Há três pontos **importantes**. Um, o preço das commodities continua num nível elevado; dois, nós temos aumentada a quantidade; e três, nós temos diversificado a nossa pauta de **exportações** nos três segmentos, ou seja, básicos, semimanufaturados e manufaturados”, disse.

Em relação à divisão por fator agregado, as **exportações** de produtos básicos e semimanufaturados também registraram valores recordes para meses de janeiro, com US\$ 6,686 bilhões e US\$ 2,332 bilhões, respectivamente. Já os manufaturados somaram US\$ 5,925 bilhões. Na comparação com janeiro de 2010, as três categorias de

produtos tiveram crescimento: manufaturados (+8,6%), básicos (+56,3%) e semimanufaturados (+29,4%).


No comparativo do mesmo período, houve expansão das vendas externas brasileiras para regiões desenvolvidas (UE: 38,7% e EUA: 15,4%) e em **desenvolvimento** (Ásia: 34,4%, África: 63,8%, Europa Oriental: 28,7% e Oriente Médio: 26,4%), o que indica a diversificação dos **mercados** de destino.

Na classificação dos países, os cinco principais compradores foram China (US\$ 1,773 bilhão), Estados Unidos (US\$ 1,659 bilhão), Argentina (US\$ 1,391 bilhões), Países Baixos (US\$ 891 milhões) e Japão (US\$ 615 milhões).

Importações

Na divisão dos produtos **importados** pela categoria de uso, houve crescimento das aquisições de bens de capital (+27,6%), matérias-primas e intermediários (+19,4%), bens de consumo (+29,5%) e combustíveis e lubrificantes (+16,9%) sobre janeiro de 2010.

Os cinco principais países fornecedores foram China (US\$ 2,345 bilhões), Estados Unidos (US\$ 2,305 bilhões), Argentina (US\$ 1,182 bilhão), Alemanha (US\$ 955 milhões) e Japão (US\$ 622 milhões).

	VEÍCULO PORTO GENTE	EDITORIA	
	TÍTULO Governo não abrirá mão de incentivos às importações		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A briga entre o governo de Pernambuco e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) promete esquentar nos próximos dias. O procurador-geral do Estado, Thiago Norões, afirmou ontem que o executivo local não vai abrir mão de continuar com o programa de estímulo à atividade portuária. Implementado em 2009, o programa concede descontos no Imposto de Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** para **importação** de **mercadorias** pelos portos pernambucanos (Suape e Recife).

Para a CNI, esses benefícios estão permitindo a entrada em grandes volume de produtos que concorrem de maneira quase desleal com os fabricados no País, que sem descontos nos tributos terminam saindo mais caros. Para barrar o programa, a entidade ingressou no Supremo Tribunal de Justiça com uma ação de inconstitucionalidade, alegando que os descontos não foram autorizados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).


Norões explicou que o Estado ainda não foi notificado pelo STJ, em virtude do recesso de janeiro, algo que deve ocorrer nos próximos dias. “Quando isso acontecer, vamos apresentar nossos argumentos. O programa possibilita às

empresas que estão investindo em Pernambuco adquirirem máquinas e equipamentos em condições mais favoráveis. Ele faz parte da formação da nova base industrial do Estado. Não visa a **importação** de bens de consumo”, reforçou.

Entretanto, o procurador-geral admitiu que as leis de número 13.942/2009 e 14,109/2010 são “genéricas”. Ou seja, nem restringem os benefícios a bens de capital, e nem barram descontos para artigos de consumo. Em 2010, o Estado elevou em 65,17% suas **importações**.

“O que vamos defender no STJ é que essas legislações se alinham ao princípio de combate às desigualdades regionais do País”, justificou Norões.

Pernambuco não é único Estado alvo da ação da CNI. Paraná e Santa Catarina, que praticam políticas tributárias semelhantes, também estão na lista. Nos bastidores de Brasília, comenta-se ainda que o **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior** é contra os benefícios, especialmente o novo ministro Fernando **Pimentel**. O relator do processo no STJ é o ministro Gilmar Mendes.

	VEÍCULO BV NEWS	EDITORIA	
	TÍTULO Governador recebe na sexta-feira visita do embaixador da China no Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O embaixador da República Popular da China no Brasil, Qiu Xiaoyi, e sua esposa, Liu Min, chegam a Roraima na próxima sexta-feira (4).

Acompanhado de uma comitiva formada pelo primeiro secretário da Embaixada da China, Zhang Yexin e pela secretária da Embaixada Xie Yue, a autoridade chinesa chega a Boa Vista às 12h35 e será recepcionada por representantes do governo estadual no Aeroporto Internacional Atlas Brasil Cantanhede.

À tarde, o embaixador Qiu Xiaoyi e comitiva participam de audiência com o governador José de Anchieta. O diplomata chinês está viajando para conhecer os estados brasileiros e suas potencialidades econômicas. Ele considera o Brasil um parceiro estratégico para seu País, tanto no comércio como na política.

No encontro, o governador José de Anchieta deve apresentar ao embaixador chinês um painel do potencial econômico de Roraima e as possibilidades de atrair investimentos da China para o estado.

Interesses

Em 2010, os negócios entre Brasil e China chegaram a US\$ 12 bilhões e o interesse dos chineses, que hoje têm a segunda maior economia internacional, tem aumentado ano após ano, uma vez que o mercado consumidor brasileiro é um dos que mais cresce no mundo.

As relações bilaterais econômico-comerciais entre os dois países se estreitam cada vez mais. O Brasil tem sido o maior parceiro comercial da China na América Latina e a China é um dos cinco maiores mercados de destino para as exportações brasileiras.

Enquanto o Brasil compra do gigante asiático equipamentos de automação, produtos plásticos e eletrodomésticos, entre outros; a China importa do Brasil commodities como soja e minério de ferro, aço e pasta de papel.

Além disso, a China é um dos maiores investidores no Brasil. Entre os setores mais beneficiados pelos empreendimentos chineses estão: o de montagem de microscópio, processamento de madeira, transporte, serviço médico e saúde e restaurantes.

	VEÍCULO EXPORT NEWS	EDITORIA	
	TÍTULO Secex divulga nota sobre funcionamento do Novoex		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A nota informa que as operações de **exportação** relativas a cotas, drawback e registros de crédito estarão temporariamente indisponíveis no Novoex e deverão continuar a ser registradas no sistema ambientado no Sisbacen

A Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex) do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** divulgou, nesta segunda-feira (31/1), nota sobre o funcionamento do Novo Sistema Siscomex **Exportação** Web (Novoex). A nota informa que as operações de **exportação** relativas a cotas, drawback e registros de crédito estarão temporariamente indisponíveis no Novoex e deverão continuar a ser registradas no sistema ambientado no Sisbacen. A Secex informa ainda que as operações de registro de **exportação** não-vinculadas a cota, drawback e registros de crédito continuarão disponíveis em ambos sistemas.

Nota sobre Funcionamento do NOVOEX

A Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex) do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)** informa que as operações de **exportação** relativas a cotas, drawback e registros de crédito estarão temporariamente indisponíveis no novo

sistema Siscomex **Exportação** Web (NOVOEX) e deverão continuar a ser registradas no sistema ambientado

no Sisbacen. As operações de registro de **exportação** não vinculadas a cota, drawback e registros de crédito continuarão disponíveis em ambos sistemas.

Visando dar uniformidade aos procedimentos, as operações relativas à utilização de cotas de **exportação** retornarão provisoriamente ao sistema anterior ambientado no Sisbacen. Oportunamente, serão divulgadas regras para adequação das operações que já foram cursadas no novo sistema.

As novas datas para implementação do NOVOEX, assim como para o desligamento do sistema antigo, serão definidas e divulgadas com a brevidade possível. O ambiente de treinamento do NOVOEX continua disponível para que os **exportadores** conheçam melhor o sistema e sejam realizados os ajustes técnicos necessários.

Para mais informações e esclarecimentos, entre em contato:

Telefone: (61) 2027-8283

E-mail: novoex@**Mdic**.gov.br

Secretaria de **Comércio** Exterior - SECEX

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC

	VEÍCULO MANAUS ON LINE	EDITORIA	
	TÍTULO FIAM 2011 presente no Twitter		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

FIAM 2011 presente no Twitter

Por Juliana Pazuello , Superintendência da Zona Franca de Manaus

terça-feira, 1 de fevereiro de 2011

Todos os preparativos para a sexta edição da Feira Internacional da Amazônia (FIAM 2011) poderão ser acompanhados pelo twitter a partir de hoje (1/2), no endereço www.twitter.com/VI_FIAM. A ferramenta deverá proporcionar mais agilidade na divulgação de informações

aos expositores, palestrantes, investidores e ao público em geral.

A FIAM é reconhecida como a maior vitrine de produtos e serviços da região e é realizada pela da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Esta edição do evento acontecerá de 26 a 29 de outubro, em Manaus, no Studio 5 - Centro de Convenções.

A SUFRAMA e o MDIC também estão no twitter. Siga o @Suframa e @MdicGovBr e mantenha-se conectado às principais notícias e novidades!

	VEÍCULO portugues.rfi.fr	EDITORIA	
	TÍTULO Imprensa argentina destaca promessa de negócios bilaterais feita por Dilma		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A visita oficial da presidente Dilma Roussef à Argentina teve forte impacto na imprensa local. Os jornais desta terça-feira comentam as promessas feitas pela líder brasileira de aumentar o volume de compras dos produtos argentinos.

O noticiário destaca a sintonia entre as presidentes Dilma Roussef e Cristina Kirchner, cujo encontro, previsto para durar apenas 30 minutos, ocupou quase duas horas da agenda oficial. As duas chefes de Estado percorreram juntas a Casa Rosada, sede do Governo argentino, como velhas conhecidas, dispostas a fazer do primeiro ano de governo Dilma e do último de Cristina o de maior integração da história entre os dois países.

Os jornais enfocam a promessa feita pelo Brasil de comprar mais produtos argentinos. A informação é baseada em fontes das reuniões realizadas entre os ministros de ambos os governos enquanto as presidentes tinham uma conversa a sós.

O ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio do Brasil, Fernando PIMentel, teria prometido abrir mais o mercado brasileiro à Argentina como uma forma de equilibrar o comércio bilateral. Apesar da valorização do real brasileiro, a Argentina continua a comprar mais do Brasil do que vender. “Cristina Kirchner se queixou à Dilma quanto ao déficit comercial”, pode-se ler na primeira página do jornal El Clarín.

O déficit para os argentinos no ano passado chegou a 4 bilhões de dólares. Esse desequilíbrio, aliado a uma perda da competitividade argentina via inflação e via falta de crédito, tem levado a Buenos Aires a impor barreiras aos produtos brasileiros como forma de proteger a sua indústria. Nesse sentido, tanto La Nación quanto El Clarín destacam que o Brasil quer avançar na construção de um foro empresarial permanente, capaz de resolver os conflitos comerciais antes que estourem.

Todos os veículos de comunicação do país exibiram a histórica imagem de Dilma Rousseff e Cristina Kirchner na sacada da Casa Rosada acompanhadas da líder das Mães da Praça de Maio, Hebe de Bonafini, e das Avós da Praça de Maio, Estela de Carlotto.

Primeira visita internacional

A imprensa argentina também destacou o fato de a Argentina ter sido escolhida como primeiro destino internacional de Dilma Rousseff. Segundo os jornais locais, essa escolha pode ajudar a amenizar a decisão do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, de visitar, em março, El Salvador, Brasil e Chile, mas excluir a Argentina. Juntos, os dois países formam o eixo da integração regional. Por isso, a presidente Dilma destacou a relação estratégica, dizendo que “Brasil e Argentina são cruciais para transformar este século XXI no século da América Latina”.

O jornal Página/12, de histórica militância em Direitos Humanos, ressaltou a troca de informação entre a Secretária de Diretos Humanos da Argentina e o governo brasileiro, além do encontro com as Mães e com as Avós da Praça de Maio. Sem citar fontes, o diário diz que “Dilma Rousseff pode reativar as investigações sobre os crimes cometidos durante a ditadura brasileira, um item no qual o Brasil encontra-se atrasado em relação aos países da região”. O jornal diz que o governo argentino acredita nessa possibilidade e que as investigações brasileiras poderiam trazer novidades sobre o paradeiro de desaparecidos argentinos, por meio de informações do chamado Plano Condor, programa que unificou a troca de dados entre os regimes militares de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia para perseguir subversivos que cruzassem as fronteiras.



VEÍCULO Portal do Profissional de Turismo	EDITORIA	
TÍTULO Amazonastur discute hoje ações entre 2011-2014		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Acontece hoje na sede do Sebrae-AM, em **Manaus**, a Oficina de Planejamento das Ações de Marketing e Estruturação do destino **Amazonas**

2011 e 2014.

O evento, promovido pelo governo do **Amazonas**, por meio da Empresa Estadual de Turismo do **Amazonas (Amazonastur)**, conta com a participação do trade da região e também das entidades parceiras como a **Superintendência**

da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** e Fundação de Eventos e Turismo (**Manastur**).

“São ações de planejamento voltadas para o ordenamento e qualificação dos produtos turísticos como para a promoção. Isso credenciará mais e melhor ao órgão vender a marca **Amazonas** de forma correta, nos **mercados** estratégicos, aumentando assim o fluxo de turistas em nosso Estado”, explicou a presidente da **Amazonastur**, Oreni Braga.